

# CONCURSO PÚBLICO



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA – MG

### CADERNO DE PROVAS

<b>CADERNO</b> <b>8</b>	<b>ESPECIALIDADE</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• ADVOGADO</li></ul>
<b>PROVAS:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• LÍNGUA PORTUGUESA</li><li>• LEGISLAÇÃO</li><li>• NOÇÕES DE INFORMÁTICA</li><li>• CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</li></ul>

#### LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este caderno de provas contém um total de **50** (cinquenta) questões objetivas, sendo 15 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, 10 de Noções de Informática e 15 de Conhecimentos Específicos. Confira-o.
2. Esta prova terá, no máximo, **4** (quatro) horas de duração, incluído o tempo destinado à transcrição de suas respostas no gabarito oficial.
3. Respondidas as questões, você deverá passar o gabarito para a sua folha de respostas, usando caneta esferográfica azul ou preta.
4. Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
5. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal, juntamente, com a folha de respostas, devidamente preenchidos e assinados.
6. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **1** (uma) hora contada a partir do efetivo início das mesmas.
7. Você pode transcrever suas respostas na última folha deste caderno e a mesma poderá ser destacada.
8. O gabarito oficial da prova objetiva será divulgado no endereço eletrônico [www.fumarc.org.br](http://www.fumarc.org.br), dois dias depois da realização da prova.
9. A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.





Prezado(a) candidato(a):

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome
<input type="text"/>	<input type="text"/>

**ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.**

### PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA – Cad. 8

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto a seguir. Leia-o com atenção antes de responder a elas.

#### Dize-me quem consultas...

Sírio Possenti

A falta de perspectiva histórica dificulta a compreensão até da possibilidade de diferentes visões de mundo. Imagine-se então a dificuldade de compreender a ideia mais ou menos óbvia de que mesmo verdades podem mudar. Suponho que temos vontade de rir quando ouvimos que os antigos imaginaram que a Terra repousava sobre uma tartaruga, nós que aprendemos, desde o primário, que a Terra gira ao redor do Sol. “Como podem ter pensado isso, os idiotas?”, pensamos.

Você sabia que esta história dos quatro elementos nos quais hoje só acreditam os astrólogos foi um dia a verdadeira física, a forma científica de explicar fatos do mundo, suas mudanças, por que corpos caem ou sobem? Antes da gravidade, os elementos eram soberanos!

Já contei aqui, e vou contar de novo, duas histórias fantásticas. A segunda me fez rir mais do que a primeira, que só me fez sorrir. A primeira: na peça *A vida de Galileu*, Brecht faz o físico convidar os filósofos a sua casa, para verem as luas de Júpiter com sua luneta. Mas, em vez de correrem logo para o sótão a fim de verem a maravilha, os filósofos propuseram antes uma discussão “filosófica” sobre a necessidade das luas... Quando Galileu lhes pergunta se não creem em seus olhos, um responde que acredita, e muito, tanto que releu Aristóteles e viu que em nenhum momento ele fala de luas de Júpiter!

A outra história é a de um botânico do início da modernidade que pediu desculpas a seu mestre por incluir num livro espécies vegetais que o mestre não colocara no seu. Ou seja: mesmo vendo espécies diferentes das que constavam nos livros, esperava-se dos botânicos que se guiassem pelos livros, não pelas coisas do mundo. Era o tempo em que se lia e comentava, em vez de observar os fatos do mundo.

Muita gente se engana, achando que esse período terminou, que isso são coisas dos ignaros séculos XVI e XVII. Quem tem perspectiva histórica sabe, aliás, que não se trata de ignorância pura e simples. Trata-se de ocupar uma ou outra posição científica. Mas é interessante observar que o espírito antegalileano continua vigorando. No que se refere às línguas, não cansarei de insistir que devemos aprender a observar os fatos linguísticos, em vez de dizer simplesmente que alguns estão errados. Um botânico não diz que uma planta está errada: ele mostra que se trata de outra variedade. Os leigos pensam que a natureza é muito repetitiva, mas os especialistas sabem que há milhões de tipos de qualquer coisa, borboletas, flores, formigas, mosquitos. Só os gramáticos pensam que uma língua é uniforme, sem variedades.

Eu dizia que não devemos nos espantar – infelizmente – com o fato de que a mentalidade antiga continua viva. Mas eles às vezes exageram. Veja-se: num texto dirigido tipicamente a vestibulandos no qual critica Fuvest e Convest por erros contidos em seus manuais, um conhecido artista da gramática praticamente citou Brecht, provavelmente sem conhecê-lo. A propósito do uso da forma “adequa”, que as gramáticas condenam, e que aparece no manual da Fuvest, seu argumento foi: “Tive a preocupação de consultar todas as gramáticas e dicionários possíveis. Todos são categóricos. “Adequar” é defectivo, no presente do indicativo, só se conjuga nas formas arrizônicas (adequamos, adequais). Não existe “adequa”.

Não é um achado? O professor de hoje não parece o filósofo do tempo de Galileu, relendo Aristóteles e recusando-se a olhar pela luneta?

**QUESTÃO 01**

Considerando a temática do texto de Sírio Possenti, analise as seguintes afirmativas:

- I. A língua é um fenômeno vivo e, como tal, varia no tempo e no espaço.
- II. Os gramáticos tendem a acreditar na uniformidade e invariabilidade da língua.
- III. Para os gramaticistas, somente as normas gramaticais podem explicar os fatos linguísticos.

Sobre o que está sendo tematizado no texto, é **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

**QUESTÃO 02**

Os efeitos de sentido do título podem ser explicados em:

- I. O título faz uma alusão a um adágio popular.
- II. As reticências interrompem a continuidade da frase, de forma que o leitor subentenda o que seria enunciado.
- III. O título sugere uma crítica ao ponto de vista prescritivo dos fatos da língua.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

**QUESTÃO 03**

Considere a seguinte passagem do texto:

Já contei aqui, e vou contar de novo, duas histórias fantásticas. A segunda me fez **rir** mais do que a primeira, que só me fez **sorrir**.

Embora as palavras **rir** e **sorrir** sejam sinônimas, no trecho em análise, elas provocam efeitos de sentidos diferentes que são explicados

- (A) pelas alterações fonológicas.
- (B) pelas diferenças de intensidade entre ambas.
- (C) pelas mudanças de classe gramatical.
- (D) pelo grau de formalidade entre elas.

**QUESTÃO 04**

Muita gente se engana, achando que esse período terminou.

O pronome **esse** tem valor:

- (A) Anafórico.
- (B) Catafórico.
- (C) Dêitico.
- (D) Exofórico.

**QUESTÃO 05**

Eu dizia que não devemos nos espantar – infelizmente – com o fato de que a mentalidade antiga continua viva.

Sobre o travessão na palavra *infelizmente* pode-se afirmar que:

- I. Desempenha a mesma função que a vírgula.
- II. Isola a palavra “infelizmente”, dando-lhe um valor enfático.
- III. Substitui o ponto e vírgula.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I, II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

**QUESTÃO 06**

Você sabia que *esta* história dos quatro elementos nos quais hoje só acreditam os astrólogos foi um dia a verdadeira física, a forma científica de explicar fatos do mundo, suas mudanças, por que corpos caem ou sobem?

Os pronomes *você* e *esta* têm valor:

- (A) Anafórico.
- (B) Catafórico.
- (C) Dêitico.
- (D) Exofórico.

**QUESTÃO 07**

Mas eles às vezes exageram.

O pronome *eles* refere-se a:

- (A) Especialistas.
- (B) Gramáticos.
- (C) Leigos.
- (D) Vestibulandos.

**QUESTÃO 08**

“Como podem ter pensado isso, os idiotas?”, pensamos.

A propósito do uso da forma “adequa”, que as gramáticas condenam, e que aparece no manual da Fuvest, seu argumento foi: “Tive a preocupação de consultar todas as gramáticas e dicionários possíveis.”

Sobre as aspas nas passagens em análise, é **correto** o que se afirma em:

- I. Enfatizam a reprodução literal da fala de outrem.
- II. Realçam palavras em que se deseja por evidência.
- III. Realçam palavras ou expressões irônicas.

São proposições **adequadas** ao trecho:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

**QUESTÃO 09**

Quem tem perspectiva histórica sabe, aliás, que não se trata de ignorância pura e simples.

Assinale a alternativa em que a mudança do operador argumentativo **aliás NÃO** acarrete erro ou mudança de sentido.

- (A) Quem tem perspectiva histórica sabe, além do mais, que não se trata de ignorância pura e simples.
- (B) Quem tem perspectiva histórica sabe, até mesmo, que não se trata de ignorância pura e simples.
- (C) Quem tem perspectiva histórica sabe, portanto, que não se trata de ignorância pura e simples.
- (D) Quem tem perspectiva histórica sabe, também, que não se trata de ignorância pura e simples.

**QUESTÃO 10**

Em relação ao processo de organização das ideias no texto, é **NÃO** é correto afirmar:

- (A) O primeiro parágrafo é composto de segmentos que tratam da diferença de perspectivas sobre os fatos do mundo.
- (B) O segundo parágrafo é composto de segmentos que introduzem argumentos que reafirmam o parágrafo anterior.
- (C) O terceiro parágrafo é composto de segmentos que trazem novas ideias às do parágrafo anterior.
- (D) O quarto parágrafo é composto de argumentos contrários aos do parágrafo anterior.

**INSTRUÇÃO:** A questão 11 refere-se ao texto a seguir. Leia-o com atenção antes de responder a ela.

É fato bastante conhecido que a mente humana é altamente seletiva. É muito provável que, ao olhar para um mesmo objeto ou situação, duas pessoas enxerguem diferentes coisas. O que cada pessoa seleciona para “ver” depende muito de sua história pessoal e principalmente de sua bagagem cultural. Assim, o tipo de formação de cada pessoa, o grupo social a que pertence, suas aptidões e predileções fazem com que sua atenção se concentre em determinados aspectos da realidade, desviando-se de outros.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Métodos de coleta de dados; observação, entrevista e análise documental. In: LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. p. 25-44.

**QUESTÃO 11**

Relacionando o texto inicial e o apresentado acima, quanto aos **temas** abordados, pode-se dizer que, **em ambos**,

- (A) ressalta-se a superioridade do conhecimento científico em relação ao conhecimento produzido pelo senso comum.
- (B) propõe-se uma atitude de desconfiança em relação aos fatos do mundo, já que a visão sobre eles depende do modo como são vistos.
- (C) defende-se a ideia de que os fatos do mundo podem ser vistos de diferentes perspectivas, as quais são de natureza histórica, social, pessoal e cultural.
- (D) é proposta uma maior coerência para se observar os fatos do mundo, tendo em vista que eles são de natureza histórica e social.

**INSTRUÇÃO:** As questões 12 a 15 referem-se ao texto a seguir. Leia-o com atenção antes de responder a elas.

**Aula de Português: uma tragicomédia que pode ser vista na sala de aula mais próxima**

Sérgio Simka

O professor chega, cumprimenta o pessoal com um sorriso, escreve na lousa seu nome, a disciplina e em letras tamanho 20:

**DITADO**

O burburinho transforma-se em risadinhas. Um destemido, lá do fundo, solta:

- É pra mim copiar, professor?

As lembranças subitamente saem da boca de um aluno:

- Fazem quinze anos que não faço ditado.

Um engraçadinho:

- Não diga-me uma coisa dessas...

Outro resolve perguntar:

- O senhor está brincando com nós, não está?

Uma moça observa:

- Só pode ser trote. Você acha que o professor vai vim no primeiro dia de aula?

Ao que outro completa:

- Espero que você esteja certa.

Um aluno levanta a mão:

- Professor, gostaria de fazer uma colocação.

O professor atento:

- Me perguntaram há dois dias atrás e eu não subo, tipo assim, responder. Em "contas a pagar", esse "a" tem crase?

- Não, o "a" não tem acento grave.

- Acento grave? Mas, professor, perguntei se o "a" tem crase...

Outro cochichou:

- Não esquenta, é só um pequeno detalhe.

- Pessoal, boa noite, para começar, gostaria de ditar apenas cinco palavras. Tudo bem?

- É pra intregá?

- Não.

- Vai valê nota?

- Não.

Ditou. Pediu que cinco alunos escrevessem as respectivas palavras na lousa, para posterior correção.

1- XAMPU  
2- PREESTABELECIDO  
3- ES RRA  
4- SOCIOECON MICO  
5- NU ARELA

O momento da correção foi inesquecível. A cada palavra corrigida, gritos, urros, vaias, uma grande variedade de expressões, algumas das quais jamais ouvidas.

A última palavra então fez tremer o teto da classe. Só não caiu por causa da manutenção feita nas férias.

- Não acredito!

- Ele está fazendo nós de bobo.

- Estou pasmo.

- O senhor anda fumando tóchico.

- Jura que é assim que nós escreve?

O professor apenas balançou a cabeça.

- Meu Deus, é preciso ter fé demais!

Todos olharam para a voz. Um silêncio absoluto.

- Não posso crer... Será que eu aprendi errado toda a minha vida? Como vou encarar de frente a língua portuguesa daqui por diante?

A classe ia soltar aquela gargalhada, mas a palidez de seu rosto impediu.

O aluno pôs a mão no peito. Fechou os olhos. E caiu da carteira. Duro.

Todos se aproximaram. De repente, levantou-se rindo.

- Mas é um bocó mesmo!

- Só podia ser o José Chaves!

- Bem, na próxima aula, vamos estudar o período composto por subordinação. Vocês sabiam que "É necessário aprender gramática", a oração "aprender gramática" se classifica como oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo? E que...

Ouviu-se um barulho. José Chaves tinha caído de novo. E não se levantou mais.

<http://linguaportuguesa.uol.com.br/linguaportuguesa/gramaticaortografia/25/artigo186004-1.asp> [adaptado]

### QUESTÃO 12

São objeto de críticas no texto:

- I. As diferenças entre o uso da língua portuguesa e sua prescrição na gramática normativa.
- II. As más-condições do ensino e da escola no Brasil.
- III. O ensino de gramática nas aulas do Brasil.

São proposições **adequadas** ao texto:

- (A) I e II apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

### QUESTÃO 13

As lembranças subitamente saem da boca de um aluno:

- Fazem quinze anos que não faço ditado.

Conforme as regras da gramática normativa, o verbo FAZER, quando indica tempo decorrido, deve ficar na

- (A) segunda pessoa do singular.
- (B) terceira pessoa do singular.
- (C) terceira pessoa do plural.
- (D) terceira pessoa do singular ou na terceira do plural, dependendo do contexto.

### QUESTÃO 14

Um engraçadinho:

- Não diga-me uma coisa dessas...

O efeito de humor no trecho anterior se justifica devido

- A) à inconformidade do aluno ao saber que haveria ditado na aula.
- B) ao fato de o aluno ter se lembrado da última vez que fez ditado.
- C) às prescrições da gramática normativa que estabelecem a colocação pronominal.
- D) ao espanto do aluno ao saber que o colega não fazia ditado há cinco anos.

**QUESTÃO 15**

- Me perguntaram há dois dias atrás e eu não sube, tipo assim, responder. Em "contas a pagar", esse "a" tem crase?  
- Não, o "a" não tem acento grave.

Em "contas a pagar" **NÃO** há acento indicador de crase porque

- A) depois de palavras femininas não se usa a crase.
- B) antes de verbo não se usa a crase.
- C) não se usa crase em locuções conjuntivas.
- D) não se usa acento indicador de crase no pronome demonstrativo *a*.

**PROVA DE LEGISLAÇÃO – Cad. 8****QUESTÃO 16**

Analise as seguintes afirmativas:

- I. Qualquer cidadão pode acompanhar o processo de licitação, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.
- II. Qualquer cidadão poderá requerer à Administração Pública os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra executada.

É **CORRETO** afirmar que

- (A) Apenas I é verdadeira.
- (B) Apenas II é verdadeira.
- (C) I e II são verdadeiras.
- (D) I e II são falsas.

**QUESTÃO 17**

Tendo por base a Lei Orgânica do Município de Mariana, considere os seguintes enunciados

- I. A todos é assegurado o direito de requerer e obter informação sobre atos do Poder Público Municipal, ressalvados aqueles que, pela natureza, estejam sujeitos a sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Município, nos prazos e formas fixados em lei.
- II. Ficam assegurados, no território e no âmbito da competência do Município, os direitos fundamentais aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, nos limites estabelecidos nas Constituições da República e do Estado de Minas Gerais.
- III. Não haverá discriminação ou prejuízo a pessoa que vier a litigar contra o Município ou órgãos municipais, nas esferas administrativas ou judiciais.
- IV. Aquele que vier a praticar atos contra os direitos constitucionais, no exercício de cargo ou função da administração municipal, incide em penalidades, nos termos e limites fixados em lei.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.

**QUESTÃO 18**

São direitos dos vereadores, **EXCETO**:

- (A) Realizar audiências públicas.
- (B) Requisitar ou examinar quaisquer documentos da municipalidade ou existente nos arquivos da Câmara, os quais lhe serão confiados mediante “carga” em livro próprio, por intermédio da Mesa Diretora.
- (C) Tomar parte nas reuniões da Câmara.
- (D) Utilizar-se dos diversos serviços da municipalidade, desde que para fins relacionados com o exercício do mandato.

**QUESTÃO 19**

Ao Município é **vedado**:

- (A) Coibir todo e qualquer ato discriminatório em seus órgãos ou entidades.
- (B) Estabelecer culto religioso ou igreja e subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou de aliança, ressalvada a colaboração de interesse público, nos limites fixados em lei.
- (C) Licenciamento estabelecimento comercial, industrial e outros, cassando-lhes o Alvará de Licença no caso de desobediência aos preceitos legais e/ou na hipótese de causarem danos ao meio ambiente, à saúde e ao bem-estar da população.
- (D) Prover tudo que diz respeito ao seu interesse territorial, tendo como objetivo primordial o pleno desenvolvimento de suas funções sociais e a garantia do bem-estar dos seus habitantes.

**QUESTÃO 20**

De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Mariana, cada legislatura é dividida em

- (A) Duas sessões legislativas ordinárias.
- (B) Duas sessões legislativas extraordinárias.
- (C) Quatro sessões legislativas ordinárias.
- (D) Quatro sessões legislativas extraordinárias.

**QUESTÃO 21**

É **dispensável** a licitação:

- (A) para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (B) para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 da Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.
- (C) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
- (D) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições pré-estabelecidas.

**QUESTÃO 22**

A Lei 8.666/93 prevê que, nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras. Essa margem de preferência será estabelecida levando-se em consideração, **EXCETO**:

- (A) A existência de domicílio no Brasil da parte contratada no processo de licitação.
- (B) Desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País.
- (C) Geração de emprego e renda.
- (D) O efeito na arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais.

**QUESTÃO 23**

Quanto à licitação na modalidade de pregão (Lei 10.520), analise as seguintes afirmativas :

- I. Pregão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inseríveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis específicos, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
- II. Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão.
- III. Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- IV. Visando proteger a Administração Pública, a Lei proíbe a realização de pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação.

Está **CORRETO** apenas o que se afirma em

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e III.

**QUESTÃO 24**

Tendo por base a Lei 8.666/93, considere as afirmativas abaixo:

- I. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
- II. As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado.
- III. São modalidades de licitação a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão.
- IV. Em circunstâncias específicas e, desde que justificado pelo interesse nacional, poderá a Administração Pública instituir outras modalidades de licitação além das previstas na Lei.

Está **CORRETO** o que se afirma em

- (A) I e IV, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

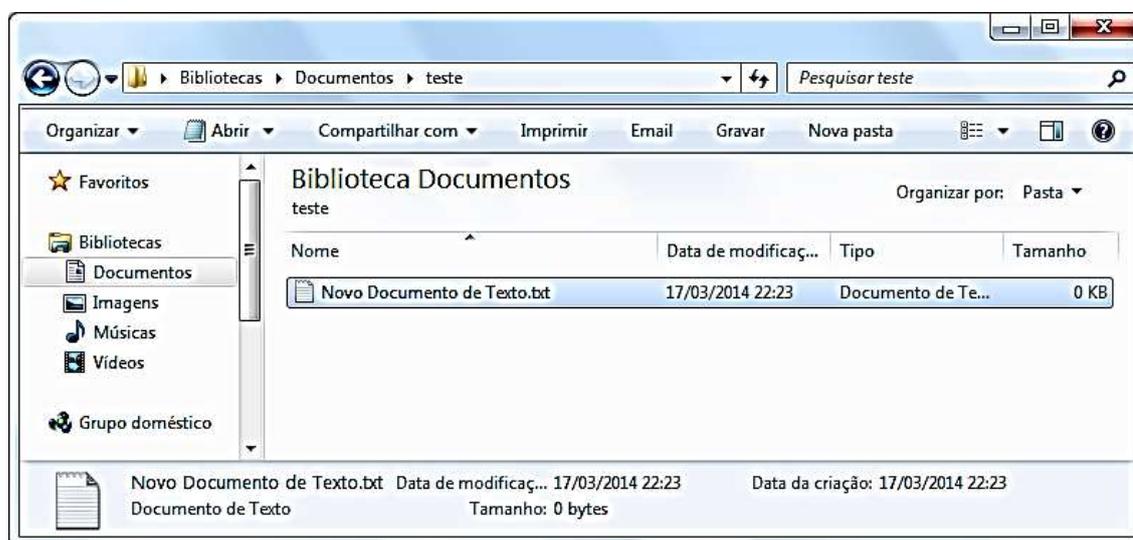
**QUESTÃO 25**

Considerando o que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, são instrumentos de transparência da gestão fiscal, **EXCETO**:

- (A) Liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- (B) Incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- (C) Adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e demais exigências da Lei.
- (D) A instituição de um consórcio composto por pessoas físicas e jurídicas para efeito de acompanhamento e gestão das contas públicas a quem caberá a divulgação ou não, de todas as informações sobre as contas públicas para a população em geral.

## PROVA DE NOÇÕES DE INFORMÁTICA – Cad. 8

**INSTRUÇÃO:** Considere a figura abaixo para responder às questões 26 e 27:



### QUESTÃO 26

Analise as afirmativas a seguir sobre o Windows Explorer, versão português, do Windows 7:

- I – O modo de exibição definido na figura é “Ícones Pequenos”.
- II – O “Painel de Visualização” está sendo exibido na figura.
- III – O conteúdo do diretório apresentado na figura está ordenado de forma ascendente pela coluna “Nome”.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

### QUESTÃO 27

São modos de exibição disponíveis no botão  do Windows Explorer, versão português, do Windows 7, **EXCETO**:

- (A) Conteúdo.
- (B) Ícones agrupados.
- (C) Lado a Lado.
- (D) Lista.

**QUESTÃO 28**

Em relação às opções da Guia Inserir do Microsoft Word, versão português do Office 2007, correlacione as colunas a seguir, numerando os parênteses:

Opção		Ícone da opção
I. SmartArt	( )	
II. Formas	( )	
III. Clip-art	( )	
IV. Imagem	( )	

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) III, I, II, IV.
- (B) III, II, I, IV.
- (C) IV, I, II, III.
- (D) IV, III, II, I.

**QUESTÃO 29**

Analise as afirmativas sobre as opções de “Comportamento de ajuste automático” disponíveis na janela “Inserir tabela” do Microsoft Word, versão português do Office 2007:

- I – Largura de coluna fixa: mantém a largura de cada coluna fixa em um valor específico.
- II – Ajustar-se automaticamente ao conteúdo: os conteúdos inseridos nas células ajustam automaticamente a largura das colunas.
- III – Ajustar-se automaticamente à janela: ajusta automaticamente a tabela nas dimensões horizontal e vertical da página.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

**QUESTÃO 30**

Considere a figura a seguir contendo opções do grupo “Fonte” da guia “Início” do Microsoft Word, versão português do Office 2007:



As opções de formatação de fonte definidas por cada botão são, **respectivamente**:

- (A) Negrito, Itálico, Sublinhado, Ênfase, Subscrito, Sobrescrito.
- (B) Negrito, Itálico, Sublinhado, Relevo, Sobrescrito, Subscrito.
- (C) Negrito, Itálico, Sublinhado, Tachado, Subscrito, Sobrescrito.
- (D) Negrito, Itálico, Sublinhado, Contorno, Sobrescrito, Subscrito.

**QUESTÃO 31**

É um periférico de entrada e saída:

- (A) Monitor padrão.
- (B) Placa de rede.
- (C) Scanner.
- (D) Teclado.

**QUESTÃO 32**

Considere a seleção do conteúdo das células A1 e A2 no Microsoft Excel, versão português do Office 2007:

	A	
1	1	1
2	5	

Ao estender a seleção até a célula A3, a partir do canto inferior direito da célula A2, o conteúdo da célula A3 será:

- (A) 5
- (B) 6
- (C) 9
- (D) 10

**QUESTÃO 33**

Considere as seguintes das células no Microsoft Excel, versão português do Office 2007:

	A	B	C
1	2	6	10
2	4	8	12

O conteúdo da célula C2 pode corresponder ao resultado de todas as fórmulas a seguir, **EXCETO**:

- (A) =MAIOR(A1:C2;6)
- (B) =MENOR(A1:C2;6)
- (C) =SOMA(A1:B2)-B2
- (D) =SOMA(A2:B2)

**QUESTÃO 34**

A operação de excluir o histórico de navegação dentro a janela “Opções da Internet” no Microsoft Internet Explorer 11, versão português, está disponível na guia:

- (A) Conteúdo
- (B) Geral
- (C) Privacidade
- (D) Segurança

**QUESTÃO 35**

São exemplos de softwares antivírus, **EXCETO**:

- (A) Avast.
- (B) AVG.
- (C) Kaspersky.
- (D) Microsoft Windows Defender, disponível no Windows 7.

**PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – Cad. 8****QUESTÃO 36**

Os consórcios públicos tem se apresentado como instrumento alternativo para a ampliação da capacidade administrativo-financeira da Administração Pública, sobretudo municipal.

Com base nessa premissa, analise as afirmativas:

- I. Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo; nos termos do contrato de consórcio de direito público, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público; e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.
- II. O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções; de direito privado, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil. Assim, o consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados. No caso de se revestir de personalidade jurídica de direito privado, o consórcio público observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.
- III. O consórcio público está sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do seu representante legal, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o consórcio público. Constitui ato de improbidade administrativa celebrar contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas em Lei, seno que os consórcios públicos poderão outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos independente de autorização prevista no contrato de consórcio público, que deverá indicar de forma específica o objeto da concessão, permissão ou autorização e as condições a que deverá atender, observada a legislação de normas gerais em vigor.
- IV. Os entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada um, sendo nula a cláusula do contrato de consórcio que preveja determinadas contribuições financeiras ou econômicas de ente da Federação ao consórcio público, inclusive a doação, destinação ou cessão do uso de bens móveis ou imóveis e as transferências ou cessões de direitos operadas por força de gestão associada de serviços públicos. Os entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada um. O protocolo de intenções deverá ser publicado na imprensa oficial.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

**QUESTÃO 37**

Segundo a Constituição Federal de 1988, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Com base nessa premissa, analise as afirmativas:

- I. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, independentemente de sua comprovada má-fé. Os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração, desde que não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- II. A licitação deve ser realizada para garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- III. Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.
- IV. A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos. Por isso, um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, exceto se a delegação for para a edição de atos de caráter normativo; a decisão de recursos administrativos e sobre matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.

**QUESTÃO 38**

Analise as afirmativas sobre direitos e garantias fundamentais e sociais.

- I. É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo, desde que prevista em lei. A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- II. Não cabe o habeas data se não houve recusa de informações por parte da autoridade administrativa.
- III. A garantia da irretroatividade da lei pode ser invocada pela entidade estatal que a tenha editado, desde que para atender a interesse público.
- IV. É inconstitucional a cobrança de taxa de matrícula em estabelecimentos públicos de ensino.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

**QUESTÃO 39**

Analise as afirmativas sobre os direitos e as garantias fundamentais previstos na Constituição de 1988:

- I. São assegurados a todos, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; e a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse público.
- II. Aos litigantes, em processo administrativo, são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, sendo vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; improbidade administrativa.
- III. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- IV. São condições de elegibilidade na esfera municipal a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos; o alistamento eleitoral; o domicílio eleitoral na circunscrição; a filiação partidária; a idade mínima de dezoito anos para Vereador, sendo inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.

**QUESTÃO 40**

Analise as afirmativas sobre competências municipais:

- I. O chamado nepotismo cruzado, que ocorre quando dois agentes públicos empregam familiares um do outro como troca de favor é considerado inconstitucional por ferir a aplicação do princípio da moralidade administrativa. Essa ilegalidade, entretanto, não alcança os cargos de caráter político, exercido por agentes políticos.
- II. O tribunal de contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público municipal. Nesse sentido, é considerado inconstitucional o veto não motivado à participação de candidato a concurso público, sendo que somente por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.
- III. A extinção do mandato do prefeito não impede a instauração de processo pela prática de crime de responsabilidade pela Câmara Municipal de Vereadores, mas impede a apuração de improbidade administrativa. Observe-se que praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial.
- IV. O sistema constitucional brasileiro não admite o controle concentrado de constitucionalidade de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal. Não obstante, é possível a arguição de inconstitucionalidade a direito local em matéria de defesa. A competência para a prestação do serviço de abastecimento de água é dos Municípios, ainda que seja delegado por concessão a empresa estadual. Sendo o tema de interesse local não poderão os Estados substituir-se aos Municípios que tenham contratado com companhias estaduais, para determinar a forma de fornecimento de água à população.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

**QUESTÃO 41**

Analise as afirmativas abaixo sobre os instrumentos de política urbana previstos no Estatuto da Cidade:

- I. O poder público pode conceder isenções ou anistia relativas ao IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) progressivo no tempo, desde que devidamente demonstrada sua fonte de custeio.
- II. O aproveitamento do imóvel objeto de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) progressivo no tempo poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Público ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, independentemente de processo licitatório.
- III. O plano diretor, que deve abranger o território do município como um todo, é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.
- IV. Lei municipal, baseada no plano diretor, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção urbanística e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.

**QUESTÃO 42**

Analise as afirmativas sobre o planejamento e a gestão democrática das cidades regulados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Cidade:

- I. O plano diretor é obrigatório para cidades incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos. Contudo, a sanção do projeto de plano diretor, se não for considerado lei de iniciativa privativa do prefeito, supre a falta de iniciativa do Poder Executivo.
- II. O município pode definir, desde que com previsão no plano diretor ou em lei específica, os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal, que substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA)
- III. As cidades com mais de vinte mil habitantes deverão elaborar um plano de transporte urbano integrado, também denominado plano de mobilidade urbana, compatível com o plano diretor ou nele inserido.
- IV. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal. Para tanto, são considerados instrumentos de gestão democrática da cidade, entre outros, segundo o Estatuto da Cidade, os órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; debates, audiências e consultas públicas; conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; referendo e plebiscito.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.

**QUESTÃO 43**

Analise as afirmativas abaixo sobre responsabilidade ambiental:

- I. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, sendo a responsabilidade ambiental objetiva por risco integral, não se admitindo a aplicação de excludentes de responsabilidade.
- II. Para que haja responsabilidade da pessoa jurídica por danos ambientais é necessária a exigência de prova da participação de agentes da empresa para fim de imputação de prática de crime ambiental à pessoa jurídica.
- III. Não é obrigatória a formação de litisconsórcio, visto que a responsabilidade de reparação integral do dano ambiental é solidária.
- IV. A indenização por dano ambiental abrange danos materiais e morais. Contudo, a privação das condições de trabalho em decorrência de dano ambiental não configura dano moral.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.

**QUESTÃO 44**

Analise as afirmativas abaixo sobre os princípios ambientais:

- I. Em decorrência da aplicação do princípio da precaução, não cabe aos titulares de direitos ambientais provar efeitos negativos (ofensividade) de empreendimentos levados à apreciação do Poder Público ou do Poder Judiciário, como é o caso dos instrumentos filiados ao regime de simples prevenção. Por isso, a obrigação de provar a sua inocência é da empresa que polui, principalmente naqueles casos nos quais eventual dano possa ser irreversível, de difícil reversibilidade ou de larga escala.
- II. Em razão do princípio da proteção ambiental, as ações de reparação por danos ambientais são imprescritíveis, respondendo as unidades federativas pela omissão de seus órgãos ambientais.
- III. Para prevenir o dano ambiental o Poder Público exigirá, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- IV. A compensação ambiental decorre de aplicação do princípio do poluidor-usuário pagador, já a prestação de indenizar por danos ambientais fundamenta-se no princípio da responsabilidade ambiental. Por isso, não há duplicidade na cobrança de indenização desde que nela não se inclua a compensação anteriormente realizada ainda na fase de implantação do projeto.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- (A) I, III e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e IV.

**QUESTÃO 45**

Segundo o Código de Processo Civil, haverá resolução de mérito

- (A) pela convenção de arbitragem.
- (B) quando as partes transigirem.
- (C) quando o autor desistir da ação.
- (D) quando ocorrer confusão entre autor e réu.

**QUESTÃO 46**

Causa de pedir, como elemento componente da causa ou da ação, compreende

- (A) a providência (causa longínqua) requerida quanto a um bem, ao Estado-jurisdição (causa jurídica).
- (B) as partes, isto é, os sujeitos do processo (causa próxima) e o método de obtenção da prova (causa imediata).
- (C) as razões de fato (causa remota) e o direito gerador (causa próxima).
- (D) o provimento de mérito (causa mediata) e um provimento (causa imediata).

**QUESTÃO 47**

Sobre a norma constitucional da anterioridade tributária, **NÃO** é correto afirmar:

- (A) Há tributos que podem ter sua alíquota majorada sem observância da anterioridade tributária.
- (B) Leis que majoram taxas somente podem gerar efeitos 90 dias após sua publicação.
- (C) O prazo da anterioridade aplicável ao aumento da base de cálculo do IPTU é o anual.
- (D) Uma lei que aumenta a alíquota do imposto sobre transmissão *inter vivos* por ato oneroso de bens imóveis, e é publicada em 1.º de março, somente pode gerar efeitos a partir do primeiro dia do exercício seguinte.

**QUESTÃO 48**

Sobre as limitações constitucionais do poder de tributar, é **CORRETO** afirmar que

- (A) a imunidade decorre da ausência de exercício da competência tributária.
- (B) a imunidade recíproca é extensiva às sociedades de economia mista que exploram atividade econômica ligada à concessão de serviços públicos.
- (C) a reserva de lei tributária não alcança o estabelecimento do fato gerador das obrigações tributárias acessórias.
- (D) há tributos que podem ter sua alíquota majorada sem observância da irretroatividade tributária.

**QUESTÃO 49**

**NÃO** se refere a receitas tributárias que devem ser repartidas em benefício dos municípios:

- (A) Receita do imposto sobre a importação de produtos estrangeiros.
- (B) Receita do imposto sobre a produção de produtos industrializados.
- (C) Receita do imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
- (D) Receita do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

**QUESTÃO 50**

Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, **NÃO** é correto afirmar:

- (A) A despesa total com pessoal no Município não pode exceder o valor de 60% da receita corrente líquida.
- (B) Os valores que os Municípios recebem a título de transferência constitucional de receitas tributárias compõem sua receita corrente líquida.
- (C) Redução da alíquota do imposto sobre serviços de qualquer natureza para determinada categoria de contribuintes representa uma renúncia de receita.
- (D) A mensagem que encaminhar ao Legislativo o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município deve apresentar, em anexo específico, os objetivos das políticas monetária e creditícia.



# CONCURSO PÚBLICO

---

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA  
EDITAL 01/2013

PARA VOCÊ DESTACAR E CONFERIR O SEU GABARITO.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	

11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	





Av. Francisco Sales, 540 - Floresta - 30150-220 - Belo Horizonte/MG  
(31) 3249-7400 - [www.fumarc.org.br](http://www.fumarc.org.br) / [fumarcoconcursos@pucminas.br](mailto:fumarcoconcursos@pucminas.br)

Impressão: FUMARC GRÁFICA - (31) 3249-7400